

COMPANHIA BOTAFOGO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

COMPANHIA BOTAFOGO

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
Companhia Botafogo
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Botafogo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Botafogo, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresa de pequeno e médio porte (CPC-PME), conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Situação econômica financeira da Companhia

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, A Companhia apresenta deficiência de capital de giro de R\$ 12.681 mil, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 32.578 mil em 31 de dezembro de 2020) e um patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 26.184 mil (R\$ 33.961 mil em 31 de dezembro de 2020), evidenciando a necessidade de aporte de recursos financeiros. A Administração está envidando esforços com o objetivo de minimizar os impactos em seu fluxo de caixa. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Ênfase - Adesão ao Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE)

Parcelamento da Lei nº 14.148/2021 - PERSE (Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos).

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia aderiu ao Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia Covid-19. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Responsabilidade da Administração pela auditoria das demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresa de pequeno e médio porte (CPC-PME), conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2022.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Ativos	Nota	2021	2020	Passivos	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22	2	Fornecedores	9	13.033	9.470
Transações com parte relacionada	5	5.949	7.804	Obrigações Tributárias	10	4.441	30.698
Contas a receber		47	385	Parcelamentos Pagar	11	1.256	618
Despesas diferidas		77	54	Obrigações Trabalhistas		46	37
Total do ativo circulante		6.095	8.245	Total do passivo circulante		18.776	40.823
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	6	474	63	Fornecedores	9	4.271	4.974
Investimento		1	1	Parcelamentos a pagar	11	13.832	1.390
Imobilizado	7	39	67	Provisões para Contingências	12	302	213
Intangível	8	4.386	5.063	Total do Passivo não circulante		18.405	6.577
Total do ativo não circulante		4.900	5.194	Patrimônio Líquido			
				Capital Social		50	50
				Prejuízo Acumulado		(26.236)	(34.011)
				Total do patrimônio líquido	13	(26.186)	(33.961)
Total do ativo		10.995	13.439	Total do passivo e do patrimônio líquido		10.995	13.439

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita Operacional, líquida	14	3.078	5.185
Lucro Bruto		3.078	5.185
Despesas operacionais		(9.127)	(7.479)
Salários, encargos e benefícios de funcionários		(21)	(19)
Materias		(141)	(157)
Despesas administrativas	15	(4.282)	(3.961)
Serviços de terceiros/profissionais		(1.049)	(2.097)
Tributárias	16	(2.591)	(160)
Depreciação e amortização de outora ativos		(955)	(907)
Provisão para contingências		(88)	(178)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(6.049)	(2.294)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	17	13.824	(1.138)
Lucros (Prejuízo) do exercício		7.775	(3.432)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro (Prejuízo) do Exercício	<u>7.775</u>	<u>(3.432)</u>
Total dos resultados abrangentes	<u>7.775</u>	<u>(3.432)</u>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	50	(30.579)	(30.529)
Prejuízo do Exercício		(3.432)	(3.432)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50	(34.011)	(33.961)
Lucro do Exercício		7.775	7.775
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50	(26.236)	(26.186)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	7.775	(3.432)
Ajustes		
Depreciação e amortização	955	907
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	0	164
Provisão para riscos processuais	88	178
	8.818	(2.183)
(Aumento) Redução nos ativos operacionais	14.840	1.407
Partes Relacionadas	1.855	1.116
Contas a receber	338	157
Adiantamento de terceiros	-	179
Despesas diferidas	(22)	4
Tributos a recuperar	-	-
Depósitos judiciais	(410)	(49)
Parcelamentos	13.079	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(23.390)	768
Fornecedores e contas a pagar	2.858	2.316
Obrigações tributárias	(26.257)	(1.062)
Obrigações trabalhistas	9	14
Receita a diferir	-	(500)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	267	(8)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	(7)
Aquisições de bens do ativo intangível	(247)	15
Aquisições de bens do ativo imobilizado	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(247)	8
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	20	0
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22	2
	20	0

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

(a) Estrutura jurídica e objetivos

A Companhia Botafogo (“Companhia”) é uma sociedade anônima capital fechado que tem por objeto: (i) a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, e consórcios, nacionais ou estrangeiros, como sócia, acionista, quotista ou consorciada; (ii) o exercício e a exploração empresarial do desporto de rendimento, incluindo por meio da exploração das marcas de titularidades de seus acionistas ou de terceiros; (iii) a elaboração e desenvolvimento de projetos culturais, artísticos, educacionais, esportivos e de cunho social, além da conservação e defesa do patrimônio histórico e artístico, bem como captação e/ou geração de recursos para viabilizar tais projetos; (iv) a exploração comercial do equipamento esportivo denominado “Estádio Olímpico Nilton Santos (anteriormente denominado Estádio Olímpico Municipal João Havelange)”, com atividades de caráter esportivo, cultural, artístico, educacional ou comercial que sejam compatíveis ou complementares com as atividades desempenhadas em um complexo esportivo ou, ainda, acessórias à atividade principal, incluindo a exploração de publicidade e a locação de áreas ou espaços para a exploração, por terceiros, dos serviços compatíveis, complementares ou acessórios às atividades principais, tudo conforme previsto no Termo de Concessão de Uso nº 46/2007-F/SPA celebrado pela Companhia Botafogo com o Município do Rio de Janeiro com período de concessão até 2027; e (v) as atividades relacionadas à exploração de estacionamento rotativo.

(b) Como a Companhia está trabalhando durante a pandemia

A Administração vem acompanhando diariamente os impactos do coronavírus para as operações da Companhia, definindo as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa. A Companhia adota as medidas emergenciais de natureza restritiva à permanência de pessoas nas áreas públicas, implementando também medidas educativas e de segurança para prevenção da contaminação pelo coronavírus, visando o bem-estar de seus colaboradores e atletas, seus familiares, prestadores de serviço, associados e sociedade em geral.

(c) Principais ações na pandemia

Desde que instalada a pandemia do novo Coronavírus, a Companhia vem revisando as suas ações, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes revisadas na Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando afastamento dos profissionais dos grupos de risco, isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção, intensificação das medidas de higienização e fornecimento de máscaras, adoção de regime de teletrabalho (“home office”) para os colaboradores onde esta modalidade é possível, suspensão de eventos e reuniões presenciais, disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os colaboradores alocados nas outras sedes e operações de jogos, comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos, e mensagens nos canais digitais do Botafogo de Futebol e Regatas, mantendo os associados, seus familiares, os atletas, os torcedores e os investidores informados sobre os impactos do coronavírus nas operações da Companhia,

(Continuação)

acompanhando de perto a manutenção da capacidade de serviços essenciais para o funcionamento.

(d) Impactos da pandemia relativa ao COVID-19

Considerando os impactos do COVID-19, nas operações e os riscos e incertezas aos quais os clubes de futebol profissionais estão expostos, a Companhia esclarece que, como consequência das medidas que precisam ser tomadas para conter o avanço do vírus, principalmente as relacionadas às restrições de público, é possível identificar efeitos adversos em suas operações. Com a redução significativa na receita de bilheteria com a proibição de público nos estádios, redução dos contratos de patrocínios, com consequentemente redução no faturamento.

A Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e avalia, de acordo com sua evolução, a alteração das projeções e estimativas relacionados aos riscos em suas operações.

(e) Fontes de receitas

Atualmente as receitas operacionais da Companhia são geradas por:

- (i) cessão de camarotes;
- (ii) aluguel de estacionamento;
- (iii) locação do campo; e
- (iv) locação de instalações.

(f) Situação patrimonial e financeira

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta deficiência de capital de giro de 12.681 mil reais (32.578 mil reais em 31 de dezembro de 2020) e um patrimônio líquido negativo no montante de 26.184 mil reais (33.960 mil reais em 31 de dezembro de 2020), evidenciando necessidade de aporte de recursos financeiros.

As demonstrações financeiras não incluem ajustes relativos à capacidade de realização e classificação de valores registrados no ativo ou valores e classificação de passivo que possam ser necessários, caso a Companhia seja incapaz de continuar suas atividades.

A emissão dessa demonstração contábil foi autorizada pela Diretoria em 17 de maio de 2022.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e das principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação e preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações foram elaboradas e preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PMEs (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Na elaboração das demonstrações contábeis, foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos e passivos. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (reais), moeda funcional da Companhia.

2.3. Ativos financeiros

A Administração classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia são: caixas e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4), transações com partes relacionadas (nota Explicativa 5) e contas a receber.

- (ii) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia são: fornecedores (Nota Explicativa 9) e contas a pagar.

- (iii) *Impairment* de ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

- (iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2021 e de 2020.

2.4. Contas a receber

Contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de direitos oriundos de contratos de locação ou cessão de uso no curso normal das atividades normais da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a doze meses ou menos, estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado reduzido das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

2.5. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, cambiais e os correspondentes rendimentos auferidos, sendo classificados como ativos circulantes se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, caso contrário às contas a receber são apresentadas como ativo não circulante.

2.6. Despesas diferidas

As despesas antecipadas são demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos a serem apropriados ao resultado de acordo com o regime de competência.

2.7. Depósitos judiciais

São representados pelos valores referentes a depósitos judiciais feitos ou penhoras realizadas em poder de terceiros. São oriundos de situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Os valores em questão podem estar depositados em juízo, sem que haja a liquidação do passivo.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico que inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens deduzido da respectiva depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica dos bens.

2.9. Intangível

(a) Contrato de concessão

A Companhia detém o contrato de concessão para operação e manutenção do Estádio Olímpico Municipal João Havelange, denominado Nilton Santos. A concessão foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o contrato de concessão foi assinado em agosto de 2007, pelo prazo improrrogável de 20 (vinte) anos, com atividades de caráter esportivo, cultural, artística ou comercial, desde que compatíveis com as atividades desempenhadas em um complexo esportivo ou acessórias à atividade principal, observadas, em qualquer hipótese, a legislação vigente.

O valor total de remuneração pela utilização do Estádio Olímpico Municipal João Havelange e respectiva área é de R\$ 8.640 (oito milhões seiscentos e quarenta mil reais), com pagamentos mensais e sucessivas a importância de R\$ 36 (trinta e seis mil reais), atualizadas pelo IPCA – E, até o dia 10 do mês seguinte ao vencido. Em caso de atraso no pagamento das parcelas incidem juros de 1% e multa 10%.

O término do contrato de concessão ocorrerá em 08 de abril de 2031, conforme termo aditivo de rerratificação, considerada a suspensão do prazo no período entre 26/03/2016 e 14/11/2016, quando a posse retornará ao poder concedente.

Os direitos de concessão são registrados pelo custo diretamente relacionado com o Termo de Concessão de uso do Estádio, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão.

(Continuação)

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato.

A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere ao Concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão.

A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O Concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

2.10. Redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual provisão constituída – ativos não financeiros

Na data de cada demonstração contábil, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

2.11. Fornecedores e contas a pagar

Os saldos a pagar aos fornecedores e contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante.

2.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada no resultado.

2.13. Provisões para contingência

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para riscos processuais passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

2.15. Reconhecimento da receita

A receita de contrato é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços no curso normal das atividades da Companhia e é provável que recursos econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

2.16. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza de sua realização.

2.17. Receitas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas *pro rata die* com base no método da taxa de juros efetiva.

2.18. Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

- (i) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

As provisões esperadas para créditos de liquidação duvidosa estão apresentadas como redução do saldo de contas a receber e são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos valores a receber, considerando o histórico de recebimento por devedor, além de análise individual dos recebíveis para capturar riscos específicos da contraparte, se houver.

- (ii) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para riscos processuais, a qual reflète os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

2.19. Novos pronunciamentos contábeis, revisados ou aplicados pela primeira vez em 2021

As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2021 não apresentam impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Eventos relevantes ocorridos no exercício

3.1. Transação tributária

O Balanço Patrimonial, os Fluxos de Caixa e o Resultado da Companhia foram particularmente afetados pelos seguintes eventos e transações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

- (i) Como parte da agenda de redução e equalização do passivo, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), previsto na Lei 14.148/2021 que dispõe sobre ações destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia Covid-19. O ganho reconhecido no resultado do exercício, líquido de repactuação e atualização, foi de R\$ 14.578

4. Caixa e equivalente de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Bancos	22	2
	<u>22</u>	<u>2</u>

5. Partes relacionadas

Instrumento destinado a definir o suprimento recíproco de recursos entre as empresas.

<u>Parte Relacionada</u>	<u>2020</u>	<u>MOVIMENTAÇÃO</u>		<u>2021</u>
		<u>Débitos</u>	<u>Créditos</u>	
BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS	7.804	1.978	(3.833)	5.949

(a) **Débitos:** Referem-se aos recursos transferidos para o Botafogo de Futebol e Regatas.

(b) **Créditos:** Referem-se aos recursos recebidos pela Companhia Botafogo.

6. Depósitos judiciais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos - Ações tributárias (i)	359	63
Depósitos - RCE (ii)	115	-
	<u>474</u>	<u>63</u>

- (i) Mandado de penhora nº 510003851490 referente a Execução Fiscal nº 0023662-28.2017.4.02.5151/RJ da União-Fazenda Nacional.
- (ii) Valores depositados no Juízo Centralizador de Execuções Trabalhistas, relativo a 20% das receitas correntes mensais auferidas pelo clube a partir de setembro 2021.

7. Imobilizado

Custo	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos e acessórios	Imobilizado Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	<u>71</u>	<u>10</u>		<u>1</u>	<u>82</u>
Aquisição	-	3	5		8
Depreciação	(18)	-	(3)	(1)	(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>53</u>	<u>13</u>	<u>2</u>	<u>0</u>	<u>68</u>
Aquisição					
Depreciação	(20)	(7)	(2)	-	(29)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>33</u>	<u>6</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>39</u>

8. Intangível

	<u>Direito de uso</u>	<u>Intangível Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.127	6.127
Amortização	(1.064)	(1.064)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.063	5.063
Adição	247	247
Amortização	(924)	(924)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.386	4.386
Custo Total	12.478	12.478
Amortização	(8.092)	(8.092)
Valor residual	4.386	4.386

9. Fornecedores e contas a pagar

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores	3.810	3.767
Contas Publicas	4.007	2.020
Taxa de concessão (a)	9.439	8.614
Outras contas a pagar	48	43
	17.304	14.444
Circulante	13.033	9.470
Não Circulante	4.271	4.974
	17.304	14.444

- a) De acordo com norma ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, foi reconhecido o passivo dos pagamentos futuros do Termo de Concessão de uso para exploração do Estádio Nilton Santos (Termo nº 46/2007-F/SPA).

10. Obrigações tributárias

Representam todos os impostos correntes.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impostos, taxas e contribuições correntes	3.810	1.933
Impostos, taxas e contribuições em processos fiscais	-	3.932
Impostos, taxas e contribuições em dívida ativa (i)	631	24.833
	<u>4.441</u>	<u>30.698</u>

(i) Saldo parcelado através do Programa de Recuperação do Setor de Eventos - PERSE.

11. Parcelamentos a pagar

A Companhia Botafogo realizou a adesão ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE). Instituído pela Lei nº 14.148, com intuito de mitigar os danos provenientes da COVID-19 ao setor de eventos, o PERSE permite o parcelamento e a renegociação de dívidas tributárias.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contas Públicas	1.556	2.008
PERSE	13.532	-
	<u>15.088</u>	<u>2.008</u>
Circulante	1.256	618
Não Circulante	13.832	1.390
	<u>15.088</u>	<u>2.008</u>

12. Provisão para Contingências

A Companhia Botafogo é polo passivo em processos cíveis e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. A administração, com base na opinião de seus assessores legais, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda provável, conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Processos cíveis	302	213
	<u>302</u>	<u>213</u>

13. Patrimônio líquido

O capital social é de R\$ 50 em 31 de dezembro de 2021 e está representado por um total de 50 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim representado:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Botafogo de Futebol e Regatas	99,9%	99,9%
Outros acionistas não controladores	0,1%	0,1%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

14. Receita operacional líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Locação de Estádio	1.019	1.057
Locação de campo	100	50
Locação de bens móveis	50	25
Participação no estacionamento	41	39
Participação no parque de alimentação	95	94
Cessão de camarotes	501	278
Recuperação despesas (i)	2.138	3.784
Receita Operacional Bruta	3.944	5.327
Deduções da Receita Bruta	(866)	(142)
Receita Operacional, líquida	3.078	5.185

- (i) Refere-se, substancialmente à exclusão de débito pela prescrição de dívidas tributárias que somadas chegaram ao valor de R\$ 1.531 mil e a recuperação de despesa de energia que somadas chegaram ao valor de R\$ 608 mil.

15. Despesas administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Água e esgoto	1.688	1.498
Energia Elétrica	1.854	1.467
Gás	143	180
Telefone e Internet	7	345
Correios, cartórios e seguros	52	56
Locação em geral	128	194
Refeições e lanches	47	7
Outras despesas	363	214
	<u>4.282</u>	<u>3.961</u>

16. Tributárias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impostos, taxas e contribuições correntes	3.810	1.933
Impostos, taxas e contribuições em processos fiscais	-	3.932
Impostos, taxas e contribuições em dívida ativa (i)	631	24.833
	<u>4.441</u>	<u>30.698</u>

(i) Saldo parcelado através do Programa de Recuperação do Setor de Eventos - PERSE.

17. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em ganhos com acréscimos moratórios incidentes sobre valores a receber, que são reconhecidos no resultado. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, encargos legais e variações monetárias sobre impostos, que são reconhecidos no resultado.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Descontos obtidos (i)	16.016	1
Receitas Financeiras	16.016	1
Juros e multa s/fornecedores	(701)	(151)
Juros, multa e atualização monetária tributos municipais	(52)	(389)
Juros, multa e atualização monetária tributos federais	(1.439)	(597)
Outras despesas financeiras	-	(2)
Despesas Financeiras	(2.192)	(1.139)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	13.824	(1.138)

(i) Em 2021, no entanto, a Cia Botafogo auferiu um resultado financeiro líquido de 13.824 mil reais, impulsionado pelos descontos obtidos no processo de reestruturação de seu passivo.

18. Gestão de riscos

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, e é também responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento destas políticas.

(Continuação)

As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Os principais riscos para a Companhia são analisados a seguir.

(a) Risco de mercado

É o risco associado da possibilidade de a Companhia vir a perder a concessão do Estádio Olímpico Nilton Santos.

(b) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

Considerando que os ativos e passivos financeiros da Companhia possuem taxas de juros fixas e determináveis, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia, no período de 12 meses, são livres de oscilações significativas, decorrentes de mudanças nas taxas de juros de mercado.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente. A Companhia está exposta ao risco de crédito em atividades operacionais que decorrem de caixa e equivalentes de caixa e instituições financeiras, bem como de exposições de contas a receber.

O risco de crédito relacionado é considerado mínimo, pela inexistência de perdas incorridas com esses devedores e/ou atrasos no pagamento.

(d) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de assegurar que a Companhia sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações para atender às necessidades operacionais, sem causar perdas inaceitáveis ou de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de terceiros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras obrigações.

19. Cobertura de seguros

A Companhia Botafogo possui contrato de seguro com a Sompo Seguros S.A. no ramo de Responsabilidade Civil Geral a Base de Ocorrência e com a Axa Seguros S/A com os Riscos Nomeados e Operacionais. O capital contratado e vigente em 28/11/2021 a 28/11/2022 é de R\$ 3.000 e R\$ 238.000 respectivamente.

<u>Ramos - Sompo Seguros</u>	<u>Importâncias Segurada</u>
Responsabilidade Civil Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais	3.000
Responsabilidade Civil Empregador - com extensão ao exterior (Foro Brasil)	3.000
Responsabilidade Civil Auditórios	3.000

<u>AXA Seguros</u>	<u>Importâncias Segurada</u>
Responsabilidade Civil Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais	300
Responsabilidade Civil Empregador - com extensão ao exterior (Foro Brasil)	10.000
Responsabilidade Civil Auditórios	238.000

Marcus Vinicius de Figueiredo Furtado
Diretor-Presidente

Alessandro Rocco Di Sant'Anna Langone
CRC-RJ Nº 126.887/O-5
Contador.